





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





CARTOGRAFIA DO CRIME: HOMICÍDIOS CONTRA ADOLESCENTES NA PERIFERIA DE BELÉM-PA


CARTOGRAPHY OF CRIME: HOMICIDE AGAINST ADOLESCENCE IN THE OUTSKIRTS OF BELÉM-PA

Marcelo Pamplona Baccino  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Samara Viana Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Naiara Videira dos Santos  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O artigo investiga a correlação espacial entre a taxa de homicídio contra adolescentes e Aglomerados Subnormais, visando identificar o padrão espacial do homicídio contra essa população. A metodologia adotada baseia-se na estatística realizada mediante técnica de análise descritiva. Para análise exploratória de dados espaciais, selecionou-se a taxa de homicídios e as áreas de Aglomerados Subnormais. Os dados mostram que 59,62% dos adolescentes vivem em domicílios com condições precárias. Identificou-se ainda que as áreas com maior concentração de homicídios são os bairros periféricos. A partir dos dados obtidos, pode-se constatar que existe um padrão espacial da distribuição dos homicídios na cidade de Belém, demonstrando uma relação espacial entre o local de ocorrência dos homicídios e os Aglomerados Subnormais, locais de extrema insegurança, insalubridade, pobreza e elevada criminalidade.

Palavras-chave: aglomerados subnormais; homicídio juvenil; criminalidade urbana; pobreza; periferia.

ABSTRACT

The article examines the spatial correlation between the homicide rate against adolescents and Subnormal Clusters, in order to identify the spatial pattern of homicide against adolescents. It uses the statistics performed by means of a descriptive analysis technique. For exploratory analysis of spatial data, the homicide rate and the areas of Subnormal Clusters were selected. The data show that 59.62% of adolescents live in households with precarious conditions. It was also identified that the areas with the highest concentration of homicides were concentrated in peripheral neighborhoods. In this scenario, there is a spatial pattern of homicide distribution in the city of Belém, showing the spatial relationship between the place of the homicides and the Subnormal Clusters, being places of extreme insecurity, unhealthiness, poverty and high crime.

Keywords: subnormal clusters; juvenile homicide; urban crime; poverty; periphery.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Belém encontra-se em 4º lugar entre as dez primeiras capitais do Brasil onde há a presença identificada de zonas urbanas de periferia, isto é, Aglomerados Subnormais¹ (AGSN). Dos 1.393.399 habitantes da capital paraense, 758.524 residem em domicílios localizados nessas áreas, as quais apresentam condições precárias e elevadas taxas de homicídios contra adolescentes.

Assim, faz-se o seguinte questionamento: existe relação entre a taxa de homicídio contra adolescentes e os Aglomerados Subnormais?

Nessa perspectiva, este trabalho objetiva verificar a correlação espacial entre as ocorrências dos homicídios contra adolescentes e os AGSN no município de Belém-PA, no período de 2015 a 2018, bem como elaborar uma cartografia dos homicídios contra adolescente na capital paraense, possibilitando a identificação de *hotspots*² - zonas vermelhas de homicídios.

Dentro desse cenário conflitivo e em locais de abundância de recursos naturais e escassez de infraestrutura que se encontra o objeto de estudo deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa que não subestima a existência dos condicionamentos impostos pelas contradições de classe e não recusa uma interpretação dos conflitos causados por tais contrassensos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a primeira seção faz a contextualização urbana e histórica da cidade de Belém, tratando dos pontos cruciais de crescimento urbano. Já a segunda seção faz uma discussão teórica sobre a precariedade habitacional e a violência urbana como reflexo das desigualdades socioespaciais nas cidades capitalistas. A terceira seção apresenta a metodologia, sendo caracterizada a área em estudo, com a descrição do processo de coleta de dados e do levantamento das bases cartográficas. Na seção quatro, são apresentados os principais resultados da pesquisa, com os dados e as discussões sobre as condições de habitação e a relação entre as áreas periféricas e o crime de homicídio contra os adolescentes. Por fim, as considerações finais com os comentários de análise e reflexão.

¹ Caracteriza-se como uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2010a).

² Termo usado para descrever locais ou áreas de concentração intensa de atividade ou fenômenos específicos. No contexto do estudo, *hotspots* foram utilizados para descrever áreas com alta incidência de problemas ou características específicas, como criminalidade (taxa de homicídio), pobreza, desigualdade, desenvolvimento socioeconômico.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA E HISTÓRICA

A cidade de Belém é uma das representantes da parte urbana da Amazônia. Esse é o local do presente estudo, e para entender seu processo de formação urbana é necessário, principalmente, o entendimento de duas épocas, a Belém do Ciclo da Borracha (virada do século XIX para o XX) e a Belém da globalização.

A Belém do Ciclo da Borracha está relacionada à cidade idealizada e reformada segundo o padrão eurocêntrico, com grandes *boulevards* e elementos urbanos construídos com materiais e tecnologias do exterior (Malheiros, 2012). A Belém da globalização acarreta a pós-modernidade e a colheita das consequências do pensamento linear, cartesiano e positivista predominante no Ocidente e no mundo ocidentalizado, limitando a visão de futuro e a construções de cenários, bem como diminuindo o comprometimento com um ideal de emancipação humana.

Na segunda metade do século XVIII, foram realizadas obras, as quais deram base a diversas alterações urbanísticas. Trata-se da drenagem de águas subterrâneas de grandes áreas alagadiças, região entre as freguesias da Sé e a da Campina, estabelecida em 1727 a oeste do sítio fundador de Belém. Nesse processo de alterações urbanísticas, foram abertas vias para ligar os principais pontos do centro urbano (Kamel, 2016). Nessas ações, os trabalhadores e suas famílias são deslocadas para locais cada vez mais distantes do centro da cidade e das áreas com melhores infraestruturas.

No auge do ciclo da borracha, no final do século XIX e início do século XX, na cidade de Belém, ocorreu um grande desenvolvimento urbano, houve a criação e manutenção de diversos espaços públicos, entre os quais se pode destacar o Theatro da Paz, a Praça da República, a Praça Batista Campos, o Mercado de São Brás e o Bosque Rodrigues Alves. Essas modificações imitavam o padrão francês de vida, de tal modo que esse período ficou conhecido como *Belle Époque*. Mais uma vez, a maioria da população é excluída dessas melhorias, diversas famílias tiveram suas moradias desapropriadas e foram deslocadas para bairros pantanosos, alagadiços e “baixadas”. Locais sem a menor estrutura e de elevada precariedade.

Até o início do século XX, ocorreu a europeização das cidades brasileiras, mas os chamados problemas urbanos, que já haviam começado a se desenvolver antes disso, prosseguiram e se agravaram cada vez mais. Agravaram-se os problemas de habitação, de loteamentos clandestinos, de saneamento e de transportes. As burguesias tinham cada vez menos

condições de liderança, pois não tinham resposta para esses problemas. Não havia mais condições políticas para continuar com os planos de melhoramentos. O Capital também já não estava interessado em obras de embelezamento, mas nas de infraestrutura, especialmente a viária e nas remodelações de grande retorno/lucro imobiliário (Villaça, 1999).

Dois fatos agravaram ainda mais a problemática do espaço urbano nas periferias e favelas das cidades brasileiras. O primeiro foi a retração do investimento público em ações de igualdade social, como a de possibilitar moradia digna aos trabalhadores; em contrapartida, houve a subordinação do espaço público ao Capital. Tal fato ocasionou elevadíssima favelização por meio da construção precária de moradias feitas pelos próprios trabalhadores em suas horas de folga.

O segundo fato refere-se à ruína do transporte coletivo e ao incentivo aos automóveis e às multinacionais que os fabricam aqui, mas enviam os bilionários lucros para suas sedes. Nesse cenário contraditório, a construção de rodovias ganha prioridade e as políticas de saneamento são esquecidas. Nas periferias metropolitanas, raramente há boas instalações de saúde, abastecimento, educação, cultura, esporte *etc.*, e como o transporte é ruim e caro, os moradores, em especial os jovens, vivem o destino do “exílio na periferia” (Maricato, 2015).

3 A PRECARIÉDADE HABITACIONAL E A VIOLÊNCIA URBANA COMO REFLEXO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES CAPITALISTAS

O ato de planejar é optar inteligentemente, pois é um cálculo que precede a ação e é a tentativa do homem para criar o seu futuro (Matus, 1989). No entanto, não há neutralidade e apoliticismo quanto aos usos e conceitos de planejamento e gestão, mas muitas contradições, visões diferentes do mundo e necessidades de mudanças (Souza, 2010).

No planejamento urbano de visão conservadora ou ultraconservadora, na busca pelo Livre Mercado, aplicam-se os planos em favor de uma elite dona dos meios de produção. Percebe-se isso com as políticas de maior densidade nos centros das cidades. Trata-se do fluxo de pessoas para favorecer o comércio, enquanto diminui o uso residencial, aumenta a circulação de transeuntes/clientes/consumidores (Souza, 2010). As cidades e suas benesses são direcionadas para os carros particulares e empresários com seus interesses de mercado, excluindo o máximo possível as benfeitorias

destinadas ao transporte coletivo, habitação popular e o lazer da classe trabalhadora. Na visão ideológica da classe hegemônica, propositalmente não há lugar de protagonismo para a desigualdade social enquanto um problema, mas sobressai o pobre como vilão, acusando-o de responsável por todas as mazelas demográficas, ambientais, sociais, políticas e econômicas da sociedade, nesse caso o pobre é o entrave para “bom planejamento” (Villaça, 1999).

A partir dos modelos de produção das cidades capitalistas, nos quais se sobressaem os interesses de mercado frente ao modelo de cidade produzida para e pelas pessoas (Maricato, 2015), desenvolvem-se processos marcantes de exclusão e de segregação socioespaciais, separando fortemente os espaços urbanos e os seus habitantes, resultando, com isso, na coexistência lado a lado de realidades díspares e conflitantes, marcadas por relações de poder desiguais. Nesse sentido, a desigualdade socioespacial é a expressão do processo de produção capitalista, um produto de reprodução ampliada do capital que se conserva como condição de permanência da desigualdade social (Rodrigues, 2007).

Todo esse processo tem sido agravado e expandido com o desenvolvimento da política neoliberal, a qual tem gerado efeitos devastadores sobre as populações mais pobres, pois a cidade neoliberal capitalista só permite o acesso à cidade formal àqueles que podem pagar por ela, reforçando o seu caráter de cidade-mercadoria (Benach, 2017).

A essas populações socioeconomicamente excluídas resta ocupar os espaços informais das cidades, até então sem interesse econômico para o mercado imobiliário, especulativo ou financeiro, marcados em geral pela precariedade habitacional e de condições inadequadas para a moradia (Maricato, 1996).

Em geral, essas áreas periféricas são espaços nos quais predominam a violência urbana, a pobreza, a marginalização dos seus habitantes, a ausência ou o precário acesso a serviços e políticas públicas, como saneamento e água potável, insegurança da posse, ocupação de áreas de proteção ambiental, entre outros fatores. A existência de espaços como esses é justificada em cidades ditas avançadas, nas quais a invisibilidade de muitos é a sua principal marca, na medida em que a humanidade moderna com seus processos de racionalidade científica não se concebe sem uma sub-humanidade (Santos, 2009).

Nesse cenário, situa-se Belém, considerada uma metrópole amazônica, e sobre esse fato, Castro (2004) expressa que a Amazônia está

irremediavelmente ligada ao global e sua preservação precisa considerar a esfera política, econômica e ambiental mundializada. Aqui, as cidades são demarcadas pela presença da floresta, até mesmo as grandes metrópoles guardam marcas da história colonial e dos processos mais recentes de ocupação de novas fronteiras. A origem social ou étnica é bastante diversa pelas culturas e economias presentes o que torna essa região um extraordinário mosaico de diversidade cultural, de línguas, de costumes e de concepções de vida (Castro, 2008). O paradoxal de tudo isso é a inoperância do Estado, a desumanidade profunda e abrangente das elites econômicas e também, muitas vezes, a cooptação das camadas sociais empobrecidas por meio de campanhas em torno da ética, da cidadania e mesmo da fé (Simonian, 2007).

Os problemas de acesso aos serviços públicos, ao trabalho formal e aos espaços de lazer pelas camadas mais pobres da sociedade também são problemas na cidade de Belém (Souza; Mercês, 2019). A cidade é uma materialidade social fruto do processo histórico de relações sociais capitalistas que fragmentam o espaço e deixam evidentes as desigualdades sociais na própria organização espacial, por isso os serviços públicos são sempre concentrados nas áreas com infraestrutura e com maior valorização. Em contrapartida, as periferias e as áreas de ocupação, em geral, são desassistidas.

Sobre isso, Souza e Mercês (1996) apontam que os índices relacionados à capacidade orçamentária das famílias, à alfabetização, aos domicílios ligados à rede de abastecimento de água, à energia e à coleta de lixo são menores nas áreas mais precárias da cidade de Belém, enquanto que os índices de violência e criminalidade são mais altos.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

O município de Belém é a capital do Estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, sendo a décima segunda maior cidade brasileira, contando com um contingente populacional de 1.393.399 habitantes (IBGE, 2010b). Atualmente, o município é composto por oito distritos administrativos, 71 bairros e 39 ilhas.

Destaca-se que 32% da população é composta por crianças e adolescentes, e o município abriga em torno de 1/3 da população do Estado

do Pará, caracterizando-se como o principal centro urbano do Estado, com 99,20% de sua população vivendo na área urbana e 0,80% na zona rural – população ribeirinha (Belém, 2018).

4.2 COLETA DE DADOS

A fonte básica para a análise dos homicídios é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVS) da Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA).

De acordo com a legislação vigente, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Brasil, 1973), com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975 (Brasil, 1975), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista de declaração de óbito atestado por médico ou, na falta de médico, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte. Essas declarações são posteriormente coletadas pelas secretarias municipais de saúde, transferidas para as secretarias estaduais de saúde e centralizadas posteriormente no SIM.

Em relação a declaração de óbito, trata-se de um instrumento padronizado nacionalmente e que fornece informações relativas à idade, ao sexo, ao estado civil, à profissão, ao local de residência da vítima, assim como ao local de ocorrência da morte, dados que foram utilizados para desenvolver o presente estudo.

Dos registros de casos de homicídio, foram recortados somente os casos que vitimaram adolescentes³, no período de 2015 a 2018. O recorte geográfico utilizado neste estudo pautou-se sobre os oitos distritos administrativos e os seus 71 bairros. Vale destacar que não houve notificação de óbito por homicídio em 31 bairros do município de Belém no ano de 2018.

Como indicador de homicídio, selecionou-se a Taxa de Homicídio Contra Adolescente, definida com base no número de óbito por homicídio⁴ em um determinado local e período dividido pelo total da população estimada no mesmo local e multiplicado por 100 mil habitantes.

Foram utilizados os programas de computadores *TabWin 4.1.3* e *Excel 2010*, para executar a tabulação dos dados, de modo a excluir do Banco de

³ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

⁴ Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) abrange a seguinte categoria: X85 a Y09: agressões intencionais (homicídios).

Dados as inconsistências, as redundâncias, as incompletudes e com isso ser possível realizar a padronização das informações.

4.3 LEVANTAMENTO DAS BASES CARTOGRÁFICAS

Para subsidiar a geração dos mapas temáticos capazes de expressar visualmente as relações espaciais e temporais relacionadas aos casos de homicídio, foram utilizadas as bases cartográficas de setores censitários, bairros e limites municipais, na escala de 1:250.000, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e imagem LadSat-8 do sensor OLI e TIRS, fornecidas pelos Serviços Geológico dos Estados Unidos (USGS) na órbita ponto 223/61.

Para investigar a correlação espacial entre a ocorrência de homicídios e a concentração de AGSN (áreas periféricas) no município de Belém foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento, como a elaboração de mapas temáticos, o Teorema Empírico Baysiano e o Estimador de Densidade de Kernel.

4.4 TEOREMA EMPÍRICO BAYSIANO

O homicídio é um fenômeno raro do ponto de vista estatístico, pois há o problema da alta variabilidade do estimador, que pode acarretar interpretações equivocadas em duas direções. Uma delas é a possibilidade que o município seja relativamente violento, mas num determinado ano não tenha havido nenhum homicídio simplesmente porque o lapso de período temporal não foi suficiente para os eventos se realizarem. Outra interpretação equivocada possível é, por exemplo, que numa área pequena bastante pacífica, em uma única briga que tenha causado duas mortes, em um determinado ano, a taxa fique exorbitantemente alta (IPEA, 2017).

A partir desses exemplos, é de conhecimento que, em muitos estudos, os índices utilizados apresentam sérios problemas quando as unidades geográficas possuem um número de casos observados baixo e a unidade geográfica é muito pequena. Nesses casos, é pouco indicada a estimação de taxas brutas, dado que um pequeno número de observações leva a estimativas pouco representativas, apresentando assim alta variabilidade (Pringle *et al.*, 2011).

Assim, lança-se mão da noção de Taxa Baysiana Empírica, essa metodologia estima taxas corrigidas a partir dos valores observados,

utilizando-se conceitos de inferência bayesiana. O estimador Bayes empírico global calcula uma média ponderada entre a taxa bruta da localidade e a taxa global da região (razão entre o número total de casos e a população total) (Santos; Rodrigues; Lopes, 2005).

O estimador Bayes empírico local inclui efeitos espaciais, calculando a estimativa localmente, utilizando somente os vizinhos geográficos da área na qual se deseja estimar a taxa, convergindo em direção a uma média local em vez de uma média global. As taxas corrigidas são menos instáveis, pois levam em conta no seu cálculo não só a informação da área, mas também a informação de sua vizinhança (Santos; Rodrigues; Lopes, 2005).

Neste estudo, considerou-se como a menor unidade geográfica o bairro, sendo o mais populoso o bairro Guamá, com 94.610 habitantes, e o menos populoso, o bairro Aeroporto, com 1.170 habitantes. Diante do problema de estimação em áreas pequenas, utiliza-se a proposta dada por Clayton e Kaldor (1987), que solucionaram essa questão por meio de uma suavização bayesiana para evitar possíveis distorções no uso da taxa linear para áreas menores.

4.5 ESTIMADOR DE DENSIDADE DE KERNEL

Para investigar a correlação espacial entre a ocorrência de homicídios e a concentração de AGSN na cidade de Belém, como citado anteriormente, utilizou-se ferramentas de geoprocessamento, mais especificamente a elaboração de mapas temáticos, e o estimador de densidade de Kernel, que é um método estatístico de interpolação que identifica uma superfície contínua de densidade (*hotspots*), formando *clusters*⁵ nas áreas com maior ocorrência de homicídios (Silverman, 1986).

O Estimador Kernel foi parametrizado, utilizando como base os registros dos bairros do município de Belém e utilizando o algoritmo de interpolação de densidade, na função quadrática com raio adaptativo.

Para avaliar a correlação espacial entre o registro de homicídio contra adolescentes e a população nos bairros de Belém, foi utilizada também a estimativa de Razão de Kernel, que aponta as áreas de risco para tal fenômeno.

O Estimador de Densidade de Kernel foi parametrizado em sua primeira camada, utilizando como evento o número de homicídios contra

⁵ É um aglomerado que pode ser usado em vários contextos. No caso da GeoEstatística, o termo define um conjunto de áreas geográficas que agrupam ocorrência de eventos semelhantes.

adolescentes entre os anos de 2015 e 2018. Já a segunda camada considerou a população do município, utilizando o algoritmo de interpolação da densidade na função quadrática com raio definido em dois quilômetros.

Para a análise, utilizou-se o programa *TerraView*, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); o Sistema de Informações Geográficas (SIG), na elaboração dos mapas temáticos; e o programa *ArcGIS*, desenvolvido pela *Environmental Systems Research Institute* (ESRI). Por meio desses programas foi possível realizar consultas e cruzamentos entre as bases de dados (arquivo *shapefile*).

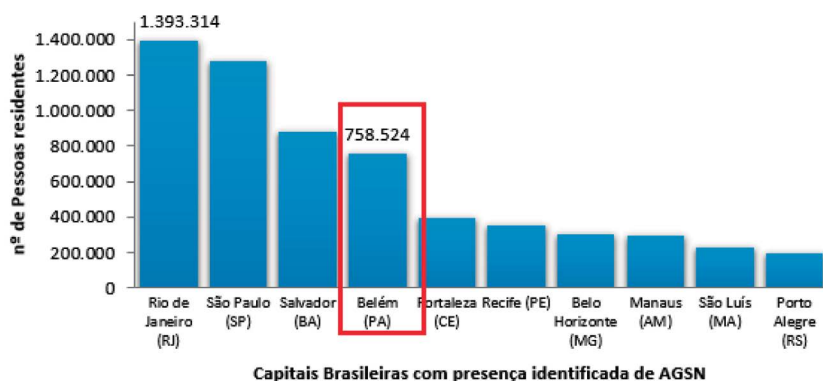
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

O crescimento das cidades brasileiras foi acompanhado pelo aumento de habitações precárias, tais como cortiços, favelas, loteamentos periféricos, que surgiram como alternativas habitacionais para os mais pobres e historicamente excluídos do mercado imobiliário formal (Maricato, 2015). Nessa situação, localiza-se a área estudada do município de Belém.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE (2010b), representados na Figura 1, o município de Belém encontra-se em 4º lugar dentre as dez primeiras capitais do Brasil onde há a presença identificada de AGSN. Quanto à população residente em domicílios localizados nestas áreas, mais de 50% do contingente populacional do município vive nessa condição (758.524 de um total de 1.393.399 pessoas).

Figura 1 – Ranqueamento das primeiras 10 capitais brasileiras com pessoas residentes em domicílios em áreas com presença identificada de AGSN



Fonte: IBGE (2010b).

Em relação ao percentual de adolescentes que viviam em AGSN no município em 2010, corresponde a um total de 59,62% a proporção de adolescentes vivendo nessas áreas, com destaque para os distritos do Guamá, com 84,78%, e Benguí, com 71,83%, os quais apresentaram maior proporção de crianças e adolescentes vivendo em AGSN (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição de adolescentes vivendo em unidades habitacionais carentes (AGSN) no município de Belém – 2010

Municípios/Distritos	Nº de domicílio	Adolescentes vivendo em AGSN	Proporção de adolescentes vivendo em AGSN
Município de Belém	450.817	268.797	59,62
Distrito de Guamá	109.976	93.235	84,78
Distrito do Benguí	101.769	73.102	71,83
Distrito de Icoaraci	61.648	38.813	62,96
Distrito da Sacramenta	79.235	44.808	56,55
Distrito de Outeiro	15.323	7.904	51,58
Distrito do Entrocamento	38.290	10.330	26,98
Distrito de Belém	31.619	605	1,91
Distrito de Mosqueiro	12.957

Fonte: IBGE (2010b).

Essas habitações, em geral, são marcadas pela precariedade habitacional, constituindo espaços inadequados e bastantes insalubres para o habitat. Diante do contexto da cidade-mercadoria, em que se pressupõe o valor de troca acima do valor de uso, resta às populações de menor poder aquisitivo ocupar as áreas fora da cidade formal e que não representam interesse para o capital imobiliário (Maricato, 2015).

A existência de espaços de moradias em áreas inadequadas também revela um outro lado do processo desigual na ocupação e utilização do espaço urbano, gerando a segregação socioespacial.

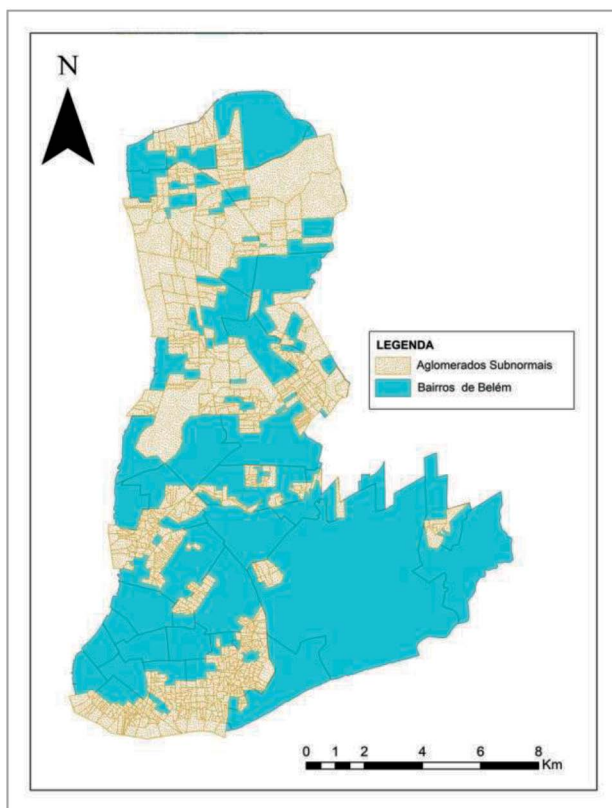
Dessa maneira, na cidade passam a coexistir lado a lado espaços dotados de serviços e de equipamentos públicos e, de outro lado, uma cidade invisível, em que os moradores sequer têm a garantia da posse. Essa desigualdade socioespacial revela a existência de diferentes classes sociais e o modo como se apropriam da riqueza produzida, expressando a incapacidade da classe trabalhadora de obter as condições mínimas de sobrevivência e, nesse caso específico, uma habitação digna (Rodrigues, 2007).

Indo nessa mesma direção, Villaça (1998), em sua análise, também destaca como aspecto da segregação do espaço urbano como sendo um

mecanismo utilizado pelas classes dominantes para atender os seus interesses no controle, na produção e no consumo das cidades.

Na Figura 2, é apresentada a localização espacial dos AGSN no território do município de Belém. Nela, é evidenciada a localização de pontos com a existência de condições e fatores que são indicadores de fragilidade social, como ocupação ilegal de terrenos, urbanização fora do padrão vigente e a precariedade de serviços públicos, dentre eles distribuição de energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto.

Figura 2 – AGSN do município de Belém



Fonte: IBGE (2010b).

Souza (2010), em suas análises, destaca como um parâmetro fundamental para o desenvolvimento socioespacial a melhoria na qualidade de vida, a qual se relaciona ao atendimento satisfatório das necessidades, sejam elas básicas ou imateriais. O acesso a moradias adequadas constituiu-se, assim, como um dos fatores fundamentais para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos.

Na contramão desse processo, a existência e o crescimento de AGSN na cidade de Belém representa a implementação de um projeto de cidade excludente, típico de um modelo de planejamento urbano em que são os interesses que se realizam no mercado que detêm o poder hegemônico sobre o espaço urbano (Vainer, 2009).

5.2 ÁREAS PERIFÉRICAS E O CRIME DE HOMICÍDIO CONTRA ADOLESCENTES

Outro ponto importante observado na análise diz respeito a alta incidência de crimes de homicídios contra adolescentes nas áreas periféricas da cidade de Belém. Sabe-se que essas áreas, além de se caracterizarem pela precariedade habitacional no que diz respeito aos aspectos materiais, serviços, localização, entre outros fatores, são acompanhadas por altos índices de violência, constituindo-se como espaços extremamente estigmatizados, reforçando o processo de segregação socioespacial.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de homicídios contra adolescentes registrados no município de Belém no período de 2015 a 2018. Ele revela que houve um aumento ao longo dos anos, sendo 180 registros em 2015, passando em 2016 para 170, atingindo seu ápice no ano de 2018, com 194 registros, o que equivale a uma taxa de 79/100 mil habitantes.

Observa-se um espraiamento das taxas de homicídio contra adolescentes no município de Belém, o que demonstra que este crime vem crescendo em outros bairros circunvizinhos considerados também como áreas periféricas.

Tabela 1 – Homicídios contra adolescentes no município de Belém, no período de 2015 a 2018

Ano	Nº de homicídios contra adolescentes	Índice de homicídios contra adolescentes (100.000/hab.)
2015	180	73,42
2016	170	69,22
2017	166	67,59
2018	194	78,99

Fonte: SIM/DATASUS/IBGE (estimativas populacionais 2015 a 2018).

O aumento do número de homicídios contra adolescentes torna-se ainda mais significativo não somente por se tratar de uma faixa etária em

vias de desenvolvimento, o que por si só já traz grandes prejuízos para a sociedade, mas também por demonstrar que esse grupo, embora esteja protegido por lei, a exemplo do Estatuto da Criança e Adolescente, a ser garantido pelo Estado e pela família, está mais vulnerável à violência quando se trata de bairros periféricos.

Isso demonstra a necessidade de políticas públicas mais efetivas, que conjuguem a melhoria das condições habitacionais, serviços e equipamentos urbanos, políticas sociais, e outras, para que de fato, essas áreas possam ser incorporadas à cidade formal, e não apenas constituam espaços esquecidos e indesejáveis. Para Benach (2017), no entanto, a cidade capitalista neoliberal é extremamente perversa com os excluídos e com aqueles que vivem às suas margens, não deixando lugar algum para se fixarem.

5.3 ÁREAS PERIFÉRICAS E O CRIME DE HOMICÍDIO

A Figura 3 mostra a classificação dos bairros de maior e menor Índice de Homicídio na Adolescência (100mil/hab.) e os limites dos AGSN no município. Essa imagem ratifica a ideia de que alguns bairros da cidade são mais violentos. Observa-se que, nos anos de 2015 a 2018, todos os bairros classificados como os mais violentos são predominantemente formados por áreas de intensa periferação, compostos na sua maior parte de AGSN, o que demonstra claramente a espacialidade da criminalidade em Belém, destacando principalmente os bairros mais pobres. Já em relação aos bairros mais pacíficos, destacam-se Umarizal e Marco, por serem bairros mais centrais e concentrarem uma população com maior poder aquisitivo.

Observa-se ainda que os bairros que apresentaram altas taxas de homicídio contra adolescentes permanecem sendo os mais violentos durante o período analisado (2015 a 2018) o que demonstra uma baixa ou nenhuma efetivação do poder público nessas áreas, que sofrem com a precariedade das políticas públicas voltada para infância e adolescência. Verificou-se que bairros como Jurunas, Tapanã, Guamá, dentre outros, apresentaram a maior incidência de homicídios em todos os anos avaliados. Esse resultado corrobora com os estudos apontados por Maricato (2015), os quais identificam que fatores relacionados a territórios com extensas áreas de periferias influenciam diretamente na distribuição espacial de determinados tipos de crimes, ou seja, existe uma concentração do número de crimes em um dado espaço geográfico.

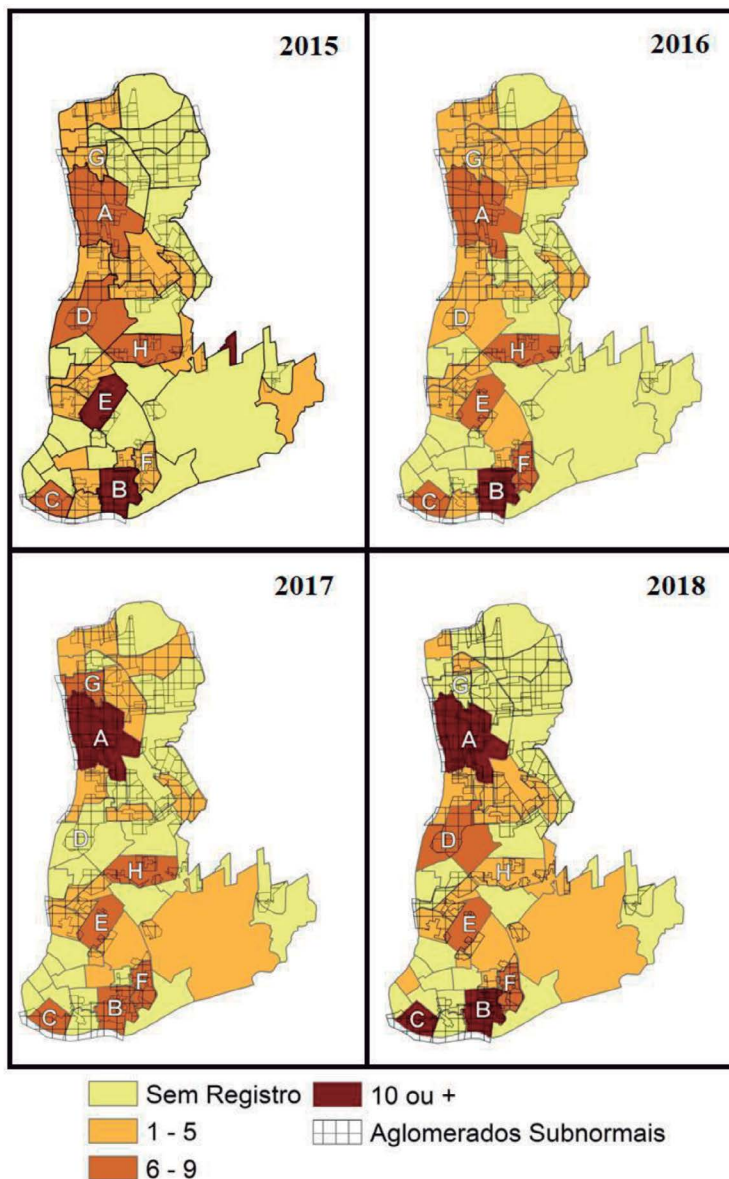
Com relação aos bairros belenenses, cabe destacar o fato de que muitos deles, tidos como periféricos, a exemplo do Guamá, Sacramento e Jurunas, são, na verdade, bairros heterogêneos, pois neles se observam habitações precárias dividindo espaço com novas construções desenvolvidas pelo mercado imobiliário. Ainda assim, a maioria dos autores caracterizam, de um modo mais genérico, esses bairros como periféricos, dada a gênese do seu processo de construção e ocupação, bem como a perpetuação e prevalência da pobreza em grande extensão deles.

A Figura 4 mostra os produtos cartográficos que são parte relevante deste artigo, pois esses tiveram o intuito de apresentar os bairros onde há o aparecimento dos *hotspots*, ou seja, as áreas vermelhas, locais onde mais ocorre o crime de homicídio contra adolescentes.

A dinâmica da violência homicida ocorrida majoritariamente nos bairros onde se encontram as maiores concentrações de AGSN apresentou a constatação que, no raio de abrangência de 1 km, tem-se uma proporção de 77,29% de ocorrências, reforçando a hipótese de que a maior parte dos homicídios ocorreu em áreas de AGSN ou próxima as mesmas.

De acordo com o mapa, observou-se quatro grandes áreas de *hotspots* no município em 2018, compostas pelos bairros: Tapanã, Guamá, Jurunas, Terra firme, Cabanagem, Parque Verde, Sacramento, Telégrafo, Barreiro e Pedreira. Destaca-se que em todas as quatro áreas de *hotspots* mapeadas estão inseridos AGSN, confirmando a correlação espacial existente em Belém no que diz respeito à ocorrência de homicídios contra adolescente e a presença de áreas periféricas.

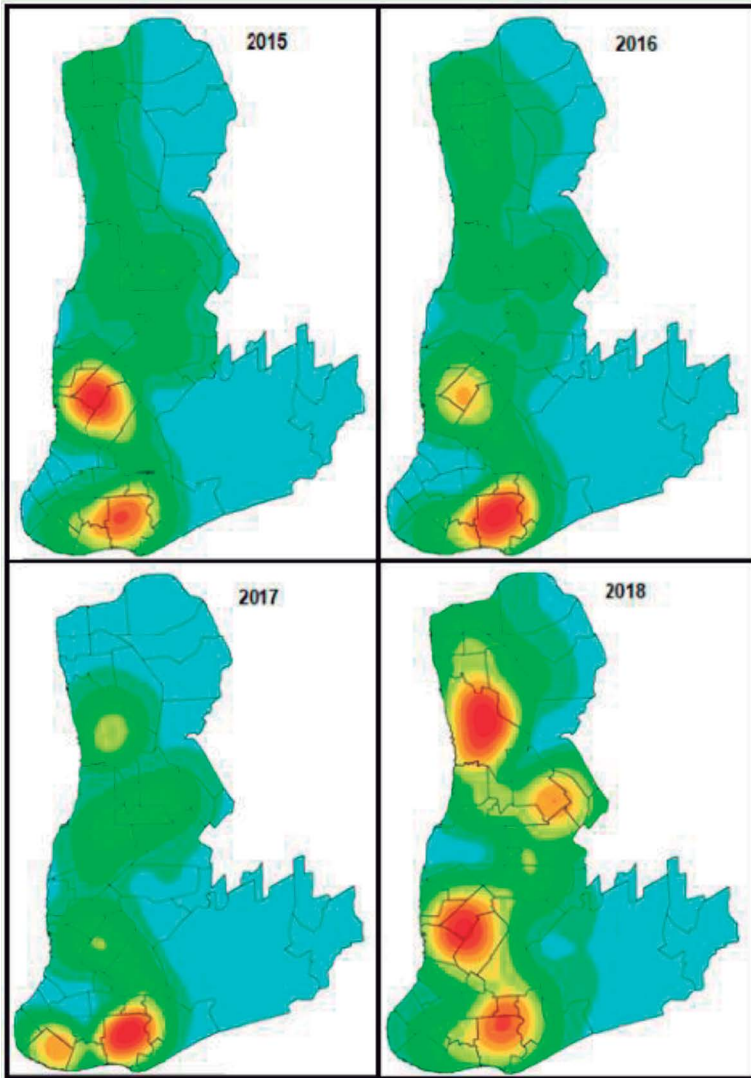
Figura 3 – Distribuição dos Homicídios de Adolescentes por bairro de ocorrência e AGSN em áreas de concentração de vítima - Belém⁶, 2015, 2016, 2017 e 2018



Fonte: Base Cartográfica CODEM, 2018 (com alterações dos autores); Estatística de Homicídio SIM/DIAES/DEVS; Secretaria Municipal de Saúde de Belém, Ministério da Saúde.

⁶ Processamento de 2021; projeção cilíndrica equidistante; SIRGAS 200; Sistema de Coordenadas Geográficas. Representando os seguintes locais utilizando a Taxa Bayesiana de Homicídios - Taxa Bayesiana Empírica: A - Tapanã; B - Guamá; C - Jurunas; D - Val de Cans; E - Pedreira; F - Terra-Firme/Montese; G - Paracuri; H - Marambaia.

Figura 4 – Estimador de Densidade Kernel dos casos de homicídio contra adolescente nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 – Belém/PA



Fonte: Base Cartográfica CODEM, 2018; Estatística de Homicídio SIM/DIAES/DEVS; Secretaria Municipal de Saúde de Belém, Ministério da Saúde.

Maricato (2015) observa que a urbanização vem crescendo de forma acelerada e desordenada nas grandes cidades brasileiras, proporcionando uma infraestrutura urbana associada a precárias condições de moradia e indicadores sociais, e essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade.

Diante da menção à violência ocorrida nas cidades, atenta-se para o fato de que se a violência é urbana, é coerente afirmar que um de seus determinantes é o próprio espaço urbano, posto que nas áreas mais periféricas das cidades a infraestrutura urbana de equipamentos e serviços é precária.

Do mesmo modo, atenta-se para o fato de que a violência se dissemina por todas as classes sociais, ou seja, ricos e pobres são “agraciados” com a sua presença, com a diferença que nesse contexto do espraiamento da violência é que os primeiros possuem condições econômicas de se protegerem com tecnologias que garantem uma falsa sensação de segurança, enquanto o segundo grupo, por não ter esses diferenciais, torna-se a parte mais vulnerável a todas as formas de violência. Percebe-se assim que existe uma tipificação do crime conforme o bairro estudado, nas áreas periféricas os crimes violentos são mais comuns, enquanto nas áreas mais elitizadas são perceptíveis os crimes contra o patrimônio, furto e roubo (Maricato, 2015).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades e suas benesses são direcionadas para os carros particulares e empresários com seus interesses de mercado, excluindo o máximo possível as benfeitorias destinadas ao transporte coletivo, a habitação popular e o lazer da classe trabalhadora. A visão ideológica da classe hegemônica propositalmente não protagoniza a desigualdade social como problema, mas sobressai o pobre como vilão, acusando-o de responsável por todas as mazelas demográficas, ambientais, sociais, políticas e econômicas da sociedade. Nesse caso, o pobre é muito injustamente posto como entrave e relegado a enclaves.

Um dos parâmetros que se destacam dentro do planejamento urbano é a qualidade de vida. Numa realidade de muitas necessidades para poucos recursos, a indicação de apreciação desse parâmetro perpassa pela satisfação ao menos das necessidades básicas da população. As concessões ou não desse parâmetro básico pode trazer graves consequências. O indivíduo ao perceber-se insatisfeito com relação às suas necessidades inclina-se a variadas ações, condições mentais e estados físicos causadores de várias consequências, entre elas é possível citar raiva, medo, doenças e vandalismo. Todas elas negativas e destrutivas, mas que geram lucro e crescimento ao mercado e ao grande Capital (Souza, 2010).

A segregação socioespacial com tendência à periferização deixa grandes lacunas no que diz respeito ao desenvolvimento social para os jovens que vivem em condição de vulnerabilidade. Em bairros onde se tem precária condição de saneamento básico, pouca ou nenhuma atração para as políticas juvenis, como esporte, lazer, dentre outras, tendo ainda baixa inserção do jovem no mercado de trabalho, ele se torna vítima do estigma de ser jovem, pobre e morador de periferia.

Os resultados mostram ainda que os bairros que apresentaram maiores taxas de homicídio apresentaram maior concentração de AGSN, ou seja, são bairros que apresentam precária infraestrutura e muitos problemas sociais, além da pouca atenção dada pelas políticas de planejamento urbano. A pobreza dos bairros se torna funcional para o narcotráfico, que passa atrair um grande contingente de pessoas, principalmente jovens excluídos (ou incluídos precariamente), marginalizados e sem perspectivas de ascensão socioeconômica.

Os bairros de Tapanã, Guamá, Jurunas, Val de Cans, Pedreira, Terra-Firme (Montese), Paracurí e Marambaia são os que apresentam as maiores taxas de homicídios, refletindo um cenário de alta criminalidade que afeta especialmente os jovens das áreas periféricas. Por outro lado, bairros como Pratinha, Tapanã, Cremação, Condor, Batista Campos, Nazaré e Reduto registram as menores taxas de homicídios, indicando uma menor incidência de violência letal nesses locais. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas focadas na redução da criminalidade e na proteção dos jovens nas áreas mais vulneráveis.

Por fim, pode-se concluir que o planejamento urbano público, verificado no processo de urbanização e a falta de infraestrutura dos serviços públicos essenciais, contribuiu para a realidade de segregação e desigualdade social vivenciada no município de Belém do Pará.

REFERÊNCIAS

BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém 2018**. Belém: SEGEP, 2018.

BENACH, N. Da desigualdade social a justiça espacial. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.

BRASIL. **Lei Nº 6.015**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [1973]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 30 de abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975**. Ementa que altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, DF: Presidência da República [1975]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6216.htm#art1. Acesso em: 30 de abr. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 30 de abr. 2021.

CASTRO, E. M. R. Transformações na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. D. (org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: BASA, 2004. p. 45-78.

CASTRO, E. M. R. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CLAYTON, D.; KALDOR, J. Empirical Bayes estimates of age-standardized relative risks for use in disease mapping. **Biometrics**, Washington, DC, Vol. 43, No. 3, p. 671-681, set. 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2532003?seq=1>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais**. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em: 08 de jun. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/99/cd_2010_resultados_gerais_amostra.pdf. Acesso em: 30 de abr. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br_atlas_da_violencia_2017. Acesso em: 30 de abr. 2021.

KAMEL, T. A. **Preservação de ornatos arquitetônicos em argamassa e pintura em jardins históricos: o caso da Praça da República**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MALHEIROS, U. S. Tradição e ruptura na arte pública de Belém: dos monumentos às intervenções urbanas. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS*, 21., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAP, 2012. p. 2072-2082.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATUS, C. **Adeus, Senhor Presidente: governantes e governados**. Recife: Litteris, 1989.

PRINGLE, J.; DRUMMOND, J.; MCLAFFERTY, E.; HENDRY, C. Interpretative phenomenological analysis: a discussion and critique. **Nurse Researche**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 20-24, abr. 2011.

RODRIGUES, A. M. R. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 4, n. 6, p. 73-88, ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12796/8364>. Acesso em: 03 maio 2021.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. *In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G. (org.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: CES, 2009. p. 23-71.

SANTOS, A. E.; RODRIGUES, A. L.; LOPES, D. L. Aplicações de estimadores Bayesianos empíricos para análise espacial de taxas de mortalidade. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOINFORMÁTICA*, 7., 2005, Campos do Jordão. **Anais [...]**. Campos do Jordão: INPE, 2005. p. 300-309.

SILVERMAN, B. W. **Density Estimation for Statistics and Data Analysis**. Nova York: Chapman and Hall, 1986.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônidas. *In: ARAGÓN, E. (org.). Populações e meio ambiente na pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.

SOUZA, A. M.; MERCÊS, S. S. S. Planejamento urbano, política habitacional e sustentabilidade socioambiental: entre o discurso e a prática em Belém-Pará. *Papers do NAEA*, Belém, v. 28, n. 3, p. 284-308, 2019.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. *In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 75-103.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. Uma contribuição à história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-244.